

O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PALMAS-TOCANTINS

THE CURRICULUM OF CHILDHOOD EDUCATION IN PALMAS-TOCANTINS

Ilda Neta Silva de Almeida 1
Eduardo José Cezari 2

Mestre em Educação- UFT (2017-2019) Pedagoga- Faculdade Aphoniano (2006) Docência Universitária-Faculdade Araguaia (2008) Sociologia e educação Faculdade Aphoniano (2009) professora da educação básica – Rede Estadual de Ensino do estado do Tocantins. SEDUC. Professora do curso de Pedagogia- Faculdade ITOP, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5069696336132768>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4673-722X>, E-mail: ildaneta@hotmail.com

Doutor em Educação em Ciências e Matemática - UFMT/REAMEC; Mestre em Ciências do Ambiente - UFT (2010); Especialista em Docência do Ensino Superior - FALBE (2008); Graduado em Ciências Biológicas - CEULP/ULBRA(2006); Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, no curso de Pedagogia - Palmas e Professor Pesquisador no Curso de Ciências Biológicas - EAD - UFT. Professor do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação - UFT. É membro do Comitê de Graduação do Campus Universitário de Palmas. Foi Coordenador do Curso de Pedagogia (2015-2018) e Vice-diretor do Câmpus de Palmas (2018-2022 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9080401095275240> Orcid: <http://lattes.cnpq.br/9080401095275240> E-mail: eduardo@uft.edu.br

Resumo: Este estudo pretende conhecer o currículo da Educação Infantil, no município de Palmas, estado do Tocantins. Busca responder a seguinte questão: Que currículo de Educação Infantil foi concebido no Município de Palmas - Tocantins, no período de 2007 a 2017? Parte de uma reflexão sobre o Referencial Pedagógico para a Educação Infantil do Município (2009). Assim este estudo intenta analisar o documento citado. A metodologia é do tipo bibliográfica, documental, de abordagem qualitativa. Entendemos que a Educação Infantil em Palmas, vem conquistando avanços significativos perante as demandas, necessidades e perfis de atendimento Infantil, no entanto ainda há obstáculos a serem superados, como a qualidade e o acesso a todas as crianças da rede. No tocante ao currículo notamos uma tentativa inovadora de rompimento com os modelos de escolarização ou só de cunho assistencialista. Percebemos o quanto a proposta pedagógica intenta construir e sustentar as concepções de valorização à infância e ao desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido cuidar e educar são elementos que compõe o binômio de práticas norteadas pelas brincadeiras e interações, possibilitando autonomia e construção da identidade da criança enquanto sujeito histórico, social, de direito e produtor de cultura.

Palavras chave: Currículo. Palmas. Referencial Pedagógico da Educação Infantil.

Abstract: This study allows to know the curriculum of Early Childhood Education, in the municipality of Palmas, state of Tocantins. Seeking to answer the following question, which curriculum of Early Childhood Education was built in the Municipality of Palmas, Tocantins, from 2007 to 2017? Part of a reflection on the Pedagogical for Children's Education of the Municipality (2009). Thus, this study attempts to analyze the cited document. We understand that the Early Childhood Education in Palmas, has been conquering the needs, needs and queues of child care, as there are some types of overheating, quality and access to all children in the network. With regard to the curriculum, an innovative attempt was made to break with the models of schooling or assistance. We perceive the relative pedagogical proposal by providing the integral and sustainable in conceptions of valuation to childhood and integral development development. This content and educary children are built in the time of groom and exercise of identity, the social and the subject of culture and subject. What is for some teachers is still understood and controlled on this page. The methodology is of the bibliographic, documentary, qualitative approach.

Keywords : Curriculum. Palmas. Pedagogical References of Early Childhood Education.

Introdução

Atualmente as discussões¹ em torno da Educação Infantil, abordam sobre a garantia de desenvolvimento integral das crianças, com propostas que atendam as necessidades infantis como sujeitos históricos e de direitos. Propõe romper com modelos de educação infantil de escolarização ou somente de assistência social, valorizando propostas voltadas ao atendimento da criança na infância, na fase de desenvolvimento de zero a cinco anos e onze meses, de modo que esta tenha acesso a experiências, situações e vivências de socialização, desenvolvimento e aprendizagem de acordo com sua faixa etária, contexto social, familiar, realidade, cultura e de acordo com as condições das Instituições de Ensino Infantil.

Com o intuito de assegurar maior qualidade no atendimento às crianças nas Instituições de Educação Infantil, percebemos que nas produções, pesquisas e eventos sobre a Educação Infantil² tem se abordado alguns elementos que podem favorecer para a conquista de parâmetros de qualidade como: Formação de professores, melhoria nas estruturas físicas e estruturais dos CMEIS, autonomia para elaboração da proposta pedagógica, respeito à criança enquanto sujeito produtor de cultura, dialogicidade entre Instituição de Ensino Infantil, pais ou responsáveis, comunidade, entre o corpo docente e secretaria de educação, investimento em políticas públicas voltadas para a Educação Infantil e melhores condições de trabalho para os profissionais da Educação Infantil.

Estes elementos são aspectos importantes quando pensamos em avançar no campo da Educação Infantil. Nesse sentido no município de Palmas essa preocupação de melhoria no atendimento às crianças de zero a cinco anos de idade, é evidenciada com maior ênfase a partir do ano de 2009, quando a Rede Pública de Ensino Infantil de Palmas elaborou um documento norteador para este segmento: o Referencial Curricular Municipal da Educação Infantil, por meio de grupos de estudo e trabalho composto por profissionais da educação de diversos segmentos da Rede Municipal, tendo como principal ponto de ancoragem e fio condutor o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998), os parâmetros de qualidade para a Educação Infantil (2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009). O documento passou a ser uma grande e importante referência para os profissionais da Educação Infantil atuarem em seus espaços e condições de trabalho. Anterior a esta data não localizamos nenhuma proposta municipal para dar suporte curricular, pedagógico e formativo aos CMEIs.

Esta pesquisa busca responder a seguinte questão, que currículo de Educação Infantil foi concebido no Município de Palmas, Tocantins, no período de 2007 a 2017? Propõe conhecer o Referencial Curricular da Educação Infantil de Palmas (2009), com o intuito de conhecer e caracterizar a identidade curricular da Educação Infantil no município tocantinense, Palmas. É uma pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo documental. Destacamos ainda que, esta pesquisa foi concluída no início de 2017, sendo que no final do mesmo ano foi aprovada a nova Base Nacional Comum Curricular, que serviu de base para a construção de um novo Referencial Curricular do Tocantins publicado em 2020, que será objeto de estudo em outro artigo, dando continuidade à pesquisa de currículo da Educação Infantil neste recorte.

Referencial Pedagógico do Município de Palmas: Uma Proposta de sugestão curricular.

O Referencial Pedagógico para a Educação Infantil (RPEI) do Município de Palmas, Tocantins; está datado no ano de 2009, foi elaborado por uma equipe de profissionais da área da educação (SEMED) como uma referência para os educadores.

1 As discussões as quais nos referimos são as que foram abordadas nas pesquisas de dissertações e teses, encontradas na BDTD (<http://bdttd.ibict.br/vufind/>), no período de 2007 a 2017, inventariadas no artigo: O currículo da educação infantil: inícios e reinícios.

2 No período de 2007 a 2017, pesquisas inventariadas no artigo: O currículo da educação infantil: inícios e reinícios, tendo como fonte de pesquisa as dissertações e teses, encontradas na BDTD (<http://bdttd.ibict.br/vufind/>)

Espera-se que como o próprio nome sugere, este instrumento sirva como fonte de referência para o educador, norteando, dessa forma, o seu fazer pedagógico, que certamente, uma vez alicerçado, contribuirá significativamente para o desenvolvimento integral da criança (RPEI, 2009, p.6).

O documento sugere ser referência, ponto de partida para os professores da rede municipal, não tem caráter mandatório, constitui-se didaticamente como um instrumento de orientação e formação para os profissionais embasarem suas práticas cotidianas, podendo a partir dele ou por ele criar, elaborar, aprimorar e/ou desenvolver as situações de aprendizagem e desenvolvimento infantil nas Instituições de Ensino Infantil nas quais se encontram inseridos.

O mesmo está estruturado em oito itens que compõe suas etapas. Sendo elas: 1. Apresentação; 2. Introdução; 3. Fundamentação Teórica. 4. Características gerais por faixa etária; 5. Eixo Norteador : Formação Pessoal e social. 6. Eixo Norteador: conhecimento de mundo; 7. Espaços Lúdicos-cantinhos na Educação Infantil e 8. Avaliação. Cada elemento de sua estrutura vem com sustentações teóricas, caracterização e sugestões para que os professores entendam de modo global a proposta do documento.

Apresentação e Introdução

Na apresentação e introdução do documento, destaca-se que houve um aumento na oferta da educação infantil no município e que conseqüentemente surge à preocupação com a qualificação dos profissionais desse segmento. Assim o Referencial foi elaborado como um instrumento “norteador” das práticas pedagógicas destes professores, “diante disso, surge a necessidade e se elaborar um instrumento norteador que favoreça a continuidade deste processo” (RPEI, 2009). O Referencial Pedagógico da Educação Infantil afirma:

Na área da Educação Infantil, existem muitas referências de renomados autores, porém conhecendo a rotina dos CMEIS, bem como o desempenho das atividades pertinentes, verifica-se a importância de um Referencial que responda aos anseios dos educadores (RPEI, 2009, p. 6).

Identificamos neste enunciado, a preocupação em orientar os professores da Educação Infantil para terem um direcionamento de suas práticas educativas com as crianças, de modo que o Referencial venha para atender aos anseios e necessidades didático-pedagógicas dos (as) professores (as), bem como para possibilitar a compreensão do seu fazer pedagógico a partir de aspectos norteadores fundamentais que o município propõe que todos os profissionais conheçam.

Os aspectos fundamentais e relevantes que norteiam a modalidade de ensino, nesta municipalidade, estão baseados nos princípios éticos (autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às culturas, identidades e singularidades), estéticos (sensibilidade, criatividade, ludicidade, liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais) e políticos (direitos à cidadania, exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática) (DCNEI, artigo 6) Isso sem descuidar do “Cuidar e Educar” que, indissociável e pressuposto da Educação Básica, tem como compromisso a integralidade da educação das crianças por meio do olhar sensível de todos os atores educacionais envolvidos (SOUSA, 2016, p. 07).

Deste modo, o documento evidencia claramente a ênfase e preocupação em desenvolver uma proposta pedagógica para a educação infantil que se preocupa com o desenvolvimento integral das crianças, validando a concepção de criança concebida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. De que estas são:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2010, p. 12).

A concepção de criança como sujeito de direito, ganhou maior ênfase com o surgimento da sociologia da infância e com o movimento internacional e nacional sobre a valorização e reconhecimento da infância enquanto direito, foi resultado de lutas e manifestações sociais.

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos em uma lei específica se constituiu a partir de muitos anos de luta, de debates e embates pelos movimentos sociais, em fóruns, congressos e discussões para que a criança tivesse seus direitos assegurados pelo Estado. Contudo, a conquista efetiva dos direitos das crianças só se dará em articulação com questões mais amplas, relacionadas às transformações políticas, culturais e econômicas da sociedade, podendo-se afirmar que os direitos das crianças ainda permanecem mais no papel do que na prática. Tal afirmação põe em evidência a luta por uma infância onde as crianças sejam respeitadas em suas múltiplas dimensões, como sujeitos históricos e de direitos. Esta discussão perpassa pela concepção de criança, de infância, de escola e de sociedade, assim como, de ética e de respeito, pois, sem ter consciência desses conceitos, será difícil compreender a constituição da formação humana, e em particular, as especificidades do desenvolvimento e formação da criança (GONÇALVES, 2015, p.5)³.

Concordamos com Gonçalves (2015) que, o reconhecimento da infância não consiste em um entendimento genérico como fase da vida:

A história da infância e a história da criança não expressam o mesmo significado. Ambas são distintas, entendidas e explicadas em diferentes tempos históricos e contextos culturais. A palavra infância vincula-se à condição social, já a palavra criança é referenciada ao sujeito (GONÇALVES, 2015, p.6).

Isso exige uma resignificação nas concepções de criança, infância, escola e sociedade. Embora os avanços tenham sido significativos, ainda vemos esta questão muito em teoria. O desafio é ampliar a compreensão da infância como movimento de formação integral humana, social e cultural como base inicial e, para tal requer romper concepções e tradições curriculares e ideológicas ainda presentes nas instituições infantis e na sociedade. O Referencial Pedagógico de Palmas propõe essa tentativa de resignificação da criança como sujeito de direitos e

³ Ver na BDTD, Dissertação de Mestrado, 2015: A criança como sujeito de direitos, de Gisele Gonçalves, Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação

não como criança menor.

Considerar a criança como sujeito de direitos é reconhecê-la enquanto ser humano de pouca idade, um sujeito histórico e cultural que é capaz de participar do seu próprio processo formativo. Urge pensarmos a formação humana como um processo de humanização que supere um entendimento temporal e linear de criança, para considerá-la como um sujeito histórico, cultural e de direitos. Porém, na realidade, a efetivação de tais direitos ainda carece de um tipo de articulação mais ampla e complexa, relacionada às transformações política, cultural e econômica das diferentes sociedades, especialmente, a brasileira, onde a criança que antes era vista como um sujeito “menor” passa a ser definida como sujeito de direitos (GONÇALVES, 2015, p.6).

É nítida a defesa de uma organização curricular que leva em conta o modo como o desenvolvimento infantil se processa, é importante considerar ainda sobre a criança, a sua realidade social e familiar, as condições de vida, a estrutura, propostas e condições das Instituições Infantis, a formação dos professores, as políticas públicas reais de atendimento às mesmas. Não pode ser só uma defesa de oratória, de discurso, de lei, de documento, mas sim de mudanças concretas em todos os elementos subjacentes e interligados a esta questão, é real que essa defesa, ainda se constitui como um grande desafio a ser superado, mas é real também que a luta vem ocorrendo nestes últimos cinquenta anos, mesmo que de modo lento.

Ainda na introdução é realizada uma breve explicação sobre as três etapas do documento: 1ª Fundamentação Teórica, 2ª Eixos Norteadores (Formação pessoal e social e conhecimento de mundo), 3ª Eixos de trabalho (Estes eixos complementam habilidades por faixa etária e sugestões de atividades diversificadas).

Trata-se de um Referencial elaborado com base no RCNEI (Referencial Curricular Nacional) e outras obras que versam sobre a Educação Infantil. Utilizou-se, também, as sugestões contidas nas Propostas Pedagógicas dos Centros Municipais de Educação Infantil de Palmas-TO. O propósito é colocar nas mãos dos educadores um documento teórico-prático oriundo do resultado das reflexões de profissionais que se dedicam a criar alternativas que favoreçam a dinâmica do processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil (RPEI, 2009, p.8).

Notamos que o Referencial Pedagógico da Educação Infantil do município de Palmas, é apresentado como um dos elementos que podem viabilizar maior possibilidade de melhoria das práticas educativas dos professores dos CMEIS, pois a proposta é construída a partir e para a sua realidade, contexto, condições e recursos.

Fundamentação Teórica

Na fundamentação teórica, o documento menciona a importância de uma política de valorização da infância e que, os maiores desafios atualmente na Educação Infantil, são o acesso e a qualidade. Acesso, porque visam e pretendem atender a todas as crianças do município na faixa etária de zero a cinco anos. Lembrando que a partir de 2016 o atendimento às crianças de quatro e cinco anos se tornou obrigatório, já para as crianças de zero a três anos a oferta não é obrigatória, mas é um direito da criança que se por opção da família ela precisar

usufruir precisa ter disponível.⁴ E qualidade no sentido de desenvolver propostas que atendam às necessidades físicas, sociais, afetivas e cognitivas das crianças, garantindo-lhes o direito de desenvolvimento integral.

Percebemos que nos últimos anos o município de Palmas vem desenvolvendo ações de tentativa de melhorar a qualidade e o acesso à Educação Infantil.

A taxa de matrícula na educação infantil ofertada pela Rede Pública Municipal de Ensino, no período de 2001 a 2011, saltou de 657 (seiscentos e cinquenta e sete) para 4.074 (quatro mil, setenta e quatro) crianças matriculadas na creche, correspondendo um acréscimo de 520%, desses a maior parte é da Rede Municipal que passou de 470 (quatrocentos e setenta) para 3.016 (três mil e dezesseis). Nesse mesmo período, a matrícula na pré-escola no Município obteve um crescimento de 57,63%, desse percentual a maior parte foi da Rede Pública Municipal de Ensino que passou de 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) para 3.923 (três mil, novecentos e vinte e três) crianças matriculadas, correspondendo um aumento de 499,85% (PME de PALMAS, 2012, p. 20).

A Educação Infantil no município de Palmas vem avançando gradativamente em acesso e qualidade.

Os dados evidenciam que a oferta dessa etapa encontra-se em expansão. Em 2011, a matrícula na educação infantil em tempo integral era de 3.065 (três mil e sessenta e cinco) crianças e 3.996 (três mil e novecentos e noventa e seis) em tempo parcial, distribuídas em 19 (dezenove) centros de educação infantil com infra-estrutura adequada. Em 2011, 11 (onze) escolas do ensino fundamental, sendo 3 (três) destas escolas do campo, atendiam 1.136 (um mil, cento e trinta e seis) crianças na 1ª fase da Educação Infantil/Pré-Escola. Para essa expansão da oferta, houve construção e ampliação da rede física (PME de PALMAS, 2012, p. 21).

A preocupação não foi só com a ampliação de vagas, de oferta para atender as demandas, houve também um processo de busca pela qualidade no atendimento oferecido às crianças.

Para além da ampliação física, destaca-se a busca do atendimento educacional qualitativo das crianças pequenas, por meio da publicação de documentos norteadores sistematizados na rede pública municipal: Diretrizes Municipais de Educação Infantil (2011), Referencial Curricular da Educação Infantil (2011), Inclusão na Educação Infantil no Município de Palmas (2011), Recomendações para Infraestrutura e Manual de Boas Práticas na Educação Infantil do Município de Palmas (2009/2012). Os referidos documentos foram construídos e discutidos junto aos professores da rede de ensino, Conselhos da Educação, Conselhos Tutelares, Corpo de Bombeiros, Universidades, Vigilância Sanitária e outras instituições, conforme área de atuação. Também no sentido da melhoria educacional, em 2009, a Secretaria Municipal da Educação (Semed) promoveu a avaliação da educação infantil da Rede

⁴ Emenda Constitucional de nº 59/2009 que afirma: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (EC 59/09); Art. 29 da LDBEN/1996; Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA/1990.

Municipal de Ensino, utilizando o instrumento e a metodologia proposta pelo Documento dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2006), do Ministério da Educação, com o objetivo de identificar as necessidades de cada comunidade atendida pela Rede Municipal de Ensino. Participaram dessa avaliação, representantes do Conselho Tutelar, Associação de Moradores e Polícia Militar, pais e profissionais da educação (PME de PALMAS, 2012, p. 21).

Em 2015, foram atendidas 10.800 crianças na rede municipal de zero a cinco anos de idade. Sobrando 237 vagas para crianças de quatro e cinco anos, para as crianças de zero a três anos de idade, ainda havia uma fila de espera oscilando entre 900 a 1.080 crianças (SOUSA, 2015).

Em 2018, o número de crianças atendidas é de 11.320 crianças, sendo que o município tem hoje (2019) uma oferta de 11.532 vagas, segundo a SEMED, há vagas disponíveis para a faixa etária obrigatória de quatro e cinco anos, mas em compensação, ainda há uma demanda oscilando entre 2.900 a 3.006 crianças de zero a três anos precisando de vagas para o Berçário I e II, como Maternal I e II. Outro fator importante identificado na Educação Infantil de Palmas é a rotatividade de endereço dos pais, como eles mudam com frequência, às vezes a rede tem a vaga, mas não onde a família passou a residir, o que dificulta o atendimento e a estabilidade destes dados informados.⁵ Na perspectiva de resolver esta situação, a rede municipal tem projetos de ampliação e construção de mais CMEIs no Município. Foi inaugurado um CMEI, O Lucas Luan, localizado no setor Aurenny três, com capacidade para atender até 560 crianças.⁶ Mas, infelizmente, ainda é insuficiente, dado o número elevado de crianças que estão aguardando na fila de espera.

Nessa busca por qualidade o Referencial (2009) aborda a epistemologia de uma pedagogia voltada para a infância, baseadas em Vygotsky, Piaget, Wallon, Ferreiro e Freinet. “Para tanto se faz necessário entender o ser criança, antes mesmo de pensar numa qualidade de atendimento a essas.” Nesse sentido fica claro no documento que:

Com o intuito de proporcionar o desenvolvimento integral da criança, a Secretaria Municipal da Educação de Palmas – SEMED - ancora sua proposta pedagógica para a Educação Infantil, fundamentando-a nas fases de formação e desenvolvimento mental, desenvolvidas por Piaget; na influência do meio ambiente e da socialização para o desenvolvimento integral infantil, proposto por Vygotsky; na importância da afetividade e da neurologia para o desenvolvimento psicomotor propostas por Wallon, e nas etapas da aquisição da escrita desenvolvidas por Emília Ferreiro (RPEI, 2009, p.14).

Deste modo percebemos que os moldes curriculares da Educação Infantil no município de Palmas, no Referencial Pedagógico da Educação Infantil, não assumem exclusivamente um ou outro caráter de escolarização ou de assistencialismo, mas de educar e cuidar. O Educar, não é de treino ou preparação para o Ensino Fundamental, mas de propiciar o direito a formação integral enquanto criança, cuidando. Cuidar não é só relacionado à higiene, alimentação, banho e segurança, mas é de cuidar do outro enquanto quem tem intenção de contribuir na formação humana, de quem está no papel de educador. Ou seja, cuidar e educar são elementos intrínsecos das propostas voltadas para fundamentar as práticas pedagógicas da Educação Infantil em Palmas.

⁵ <http://semed.palmas.to.gov.br/socei/> acessado dia 20/09/2018

⁶ <http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/educacao/noticia/1509093/com-inauguracao-do-lucas-ruan-palmas-passa-a-contar-com-30-cmeis-para-a-educacao-infantil/>

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI - EDUCAR significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Já o CUIDAR significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica procedimentos específicos. Cuidar da criança é, sobretudo, dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades (RPEI, 2009, p.12).

A criança é o centro do seu processo de desenvolvimento, o ato de aprender por meio da construção de um conhecimento é realizado pelo educando, que passa a ser visto como um agente, protagonista, ativo, sujeito de ação, criança que tem necessidades e ritmo próprio e não como um aluno em miniatura, um ser passivo que recebe e absorve o que lhe é ensinado.

A criança constrói o conhecimento por meio de ações efetivas ou mentais que realiza sobre conteúdos de aprendizagem, sendo estes construídos socialmente. Configura-se como um ser eminente, inquieto, à procura de constantes respostas às suas indagações, atento a informações que seu ambiente proporciona. Busca ampliar a sua percepção, estando alerta às diversas características do objeto do conhecimento, (re) construindo conhecimentos, privilegiando a sua construção, através do todo, e pensando criticamente sobre o mesmo (RPEI, 2009, p.14).

Por outro lado, o professor-educador, assume o papel de mediador e organizador, que poderá possibilitar situações favorecedoras do desenvolvimento integral das crianças nos espaços infantis.

Esse fazer pedagógico deve ser criativo, crítico e contextualizado de forma a atender à individualidade e ao coletivo. Será o eixo organizador da cognição e da construção do conhecimento. Para tal é necessário reinventar o espaço educativo (sala de aula), para que nele possa ser vivenciado o que diz Freinet, “a aprendizagem se dá pelo tateio experimental; a criança não aprende sozinha, ela precede a intervenção do educador (mediador) para aproximá-la dos conhecimentos da comunidade, pois poderá transformá-la e assim modificar a sociedade em que vive”. O educador infantil, consciente de sua realidade e responsabilidade, deverá estar sempre aberto a novas abordagens, proporcionando o envolvimento, bem como a participação da família e do próprio educando em seu fazer pedagógico (RPEI, 2009, p.14).

O professor da Educação Infantil deverá, segundo o referencial, assumir a função de estimulador das crianças, desafiá-las a explorar os ambientes, cantinhos, objetos e situações de aprendizagem.

Assume o papel de mediador, de quem estimula a criança a concretizar um desenvolvimento integral e equilibrador de situações de aprendizagem e de conflitos que ocorram na sala de aula. Aceita que a criança possui um repertório de conhecimento ao entrar na instituição de Educação Infantil e continua nessa construção. Compreende conceitos e vivências reveladas pela criança a partir de seu universo sociocultural. Atenta em propiciar ambiente que desenvolva habilidades cognitivas na criança, respeitando seu desenvolvimento individual e superando dificuldades que possam apresentar em determinadas situações. Cria situações provocadoras que possam caminhar para que tenha condições de gerar seus próprios conhecimentos (RPEI, 2009, p.14).

Em suas atribuições de ser professor-mediador, no entre cuidar e educar destacamos, como muito importante, a ludicidade e o brincar. A base metodológica da proposta é de que as ações sejam conduzidas, proporcionadas e possibilitadas através do brincar, da ludicidade, da interação, das experiências, que devem ser condições organizadas pelos professores, mesmo as espontâneas, pois as crianças não desenvolvem e aprendem adequadamente em qualquer condição.

Todas as crianças podem aprender, mas não sob qualquer condição. Apoiar a organização em pequenos grupos, estimulando a troca entre os parceiros; incentivar a brincadeira; dar-lhes tempo para desenvolver temas de trabalho a partir de propostas prévias; oferecer diferentes tipos de materiais em função dos objetivos que se tem em mente; organizar o tempo e o espaço de modo flexível são algumas formas de intervenção que contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças (RPEI, 2009, p.12).

Dentre as atividades condutoras deste processo de desenvolvimento infantil as brincadeiras são muito importantes para as crianças. O brincar concebe-se como possibilidade de construção de sua identidade e autonomia é o viés da formação infantil enquanto sujeitos históricos. Sabemos que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras” (DCNEI, 2010, p. 25).

As crianças costumam dedicar parte do seu tempo aos jogos e brincadeiras. Todavia, muitos adultos ainda não compreenderam a importância que a brincadeira, o brinquedo e os jogos têm na vida e desenvolvimento infantil, pois acham que brincar é uma coisa sem importância, algo não sério, pelo fato de não ser um trabalho. No entanto, é por meio da brincadeira que as crianças também se constituem como indivíduos (RPEI, 2009, p.45).

Deste modo entendemos que a criança é protagonista, o professor mediador, as abordagens de aprendizagens voltadas para os aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais conduzidas através das metodologias lúdicas, do brincar e das interações, organizadas pelos (as) professores (as). O currículo é construído por “todas as experiências internalizadas pelos indivíduos, tendo como referenciais os aspectos sociais e culturais dos quais a criança é detentora” (RPEI, 2009).

Estes elementos devem ser possibilitadores da qualidade na educação infantil.

A qualidade da educação implica levar em consideração o desigual acesso à renda e aos programas sociais, que estão por sua vez marcados por diversos pertencimentos de classe, etnia, gênero, heranças históricas e culturais que também se expressam no acesso à Educação Infantil e na qualidade dos programas oferecidos. Portanto, é preciso enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade, que respeitem os direitos básicos das crianças e suas famílias, seja qual for sua origem ou condição social, sem esquecer que entre esses direitos básicos se inclui o direito ao respeito às suas diversas identidades culturais, étnicas e de gênero. Só assim poderemos, de fato, pensar e agir sobre o que seja a qualidade na Educação Infantil (RPEI, 2009, p.12).

Deste modo percebemos que a Educação Infantil em Palmas, de acordo com o Referencial, não é mais concebida como um direito das crianças filhas de mães carentes e/ou trabalhadoras, mas um direito de todas as crianças, respeitando suas particularidades, contextos, necessidades, especificidades físicas, sociais, afetivas, cognitivas, étnicas, familiares e culturais.

Características Gerais por faixa-Etária

Após a explanação da fundamentação teórica, o referencial aponta as características gerais por faixa etária das crianças de zero a cinco anos. O que auxilia muito o educador conhecer as etapas do desenvolvimento infantil em suas dimensões físicas, afetivas, cognitivas, sociais e biológicas. “O conhecimento das características do ser humano, nas áreas cognitiva, afetiva, sensorial, motora e psicossocial contribui para melhor atuação do educador no processo de desenvolvimento da criança” (RPEI, 2009).

Essa parte do documento tem como objetivo ser referência para a compreensão do desenvolvimento infantil nas diversas faixas etárias de zero a cinco anos, bem como possibilitar que o educador possa elaborar atividades, experiências e situações que facilitem à criança desenvolver suas habilidades, percepção, emoções, movimentos e compreensão do mundo a sua volta.

Sendo assim, o (a) educador (a) de Educação Infantil é peça-chave na realização das atividades. Com o intuito de colaborar nesse processo, serão apresentadas as principais características das crianças, por faixa etária, que deverão ser observadas, para fins de aplicação na elaboração e execução do planejamento das ações didático-pedagógicas, bem como no processo de avaliação (RPEI, 2009, p.17).

O Referencial pretende ser apoio, sugestão, orientação, suporte aos professores da rede municipal de Educação Infantil do Município de Palmas, dando-lhes assim uma base teórica, didática, pedagógica, formativa, avaliativa e de orientação profissional. Onde os (as) professores (as) possam identificar as concepções de criança, infância, currículo, metodologias, avaliação e atribuições que são esperadas do seu desempenho docente. Não constitui caráter mandatório, pois cada Instituição de Educação Infantil pode elaborar sua proposta ajustando as necessidades e demandas locais, do bairro e comunidade que estão inseridas.

Deixamos claro que, esta é uma pesquisa do tipo documental, e que os desdobramentos do documento no campo das Instituições Infantis deverá ser abordado em outra pesquisa com instrumentos de observação e análise em campo. O fato de o documento ter uma proposta contextualizada, não assume caráter efetivo e muito menos obrigatório nos CMEIS, entendemos o currículo como um campo híbrido de atuação. De modo que sabemos que ocorrem

ressignificações entre os documentos oficiais e entre as práticas pedagógicas dos professores, não há garantia que sua efetividade seja linear, pura e estável exatamente como se apresenta no Referencial. Concordamos com Lopes (2005, 2008) quanto ao entendimento de que as políticas públicas curriculares são recontextualizadas por hibridismo.

O conceito de recontextualização torna possível marcar as reinterpretações, como inerentes aos processos de circulação dos textos, articular a ação de múltiplos contextos nessa reinterpretação, identificando relações entre processo de reprodução, reinterpretação, resistência e mudança, no mais diferentes níveis (LOPES, 2005, p. 55).

A Hibridação curricular ocorre de forma a mobilizar, reprimir, resistir, transformar ou apagar sentidos entre os documentos e os desdobramentos que fazemos (nós professores) em nossas interpretações e relações de leituras, significações e ressignificações que adotamos em discursos e ações, mesmo que haja formação, orientação das secretarias de educação e por parte do governo, ainda assim ocorrem desdobramentos por sermos sujeitos plurais, ideológicos, culturais, sociais e perfis profissionais diferentes. “Há sempre um espaço para o hibridismo, para a irrupção de sentidos que não podem ser fixados pelo controle” (MACEDO; LOPES, 2011).

O hibridismo⁷, no contexto das políticas públicas curriculares, é um elemento presente como característica do esforço que fazemos para entender os documentos oficiais e operacionalizar nos ambientes escolares, não sendo um processo puro, neutro, isolado e mecânico. Cada professor lê, interpreta oraliza e realiza o currículo formal de diferentes formas, o movimento de internalização, assimilação e operacionalização não é homogêneo e nem estático.

Do ponto de vista da teoria curricular, isso significa que qualquer currículo formal é reescrito pelo professor, na medida que ele reflete sobre a sua prática docente. Assim o docente se configura como formulador do currículo vivido nas escolas (LOPES; MACEDO, 2011, p. 152).

O Hibridismo, no âmbito do currículo, significa então que não há uma efetivação pura dele mesmo por ele, mas novas criações a partir de fragmentações de significações e ressignificações feitas pelos sujeitos envolvidos. Existe uma dinâmica, fluída, etérea, uma espécie de fluxo de transformações, um movimento incessante e constante de produção de sentidos produzidos no tempo e no espaço social. E que no currículo da Educação Infantil também ocorre do mesmo modo, explícito ou implicitamente.

Em seguida o documento aborda os dois eixos, o de formação pessoal e social e o eixo de conhecimento de mundo.

Eixos de Formação Pessoal e Social

No eixo de formação pessoal e social, a proposta é de que a criança aprenda a viver em sociedade, que ela possa desenvolver-se através da interação, da convivência, das trocas de experiências com seus pares, que desenvolva as noções de respeito ao outro e a si, que aprenda a esperar, conviver e interagir. Assim aos poucos ela vá percebendo a si, ao outro e ao mundo. Aprender a conviver não é tarefa fácil, mas necessária para uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e cidadã.

⁷ Ver sobre o termo Hibridismo em CANCLINI, N. G (1998). Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp.

Quando se fala em “formação pessoal”, entende-se que se trata da formação do indivíduo como pessoa íntegra, consciente, capaz; e a “formação social” é a preparação do ser humano para conviver ou viver em sociedade. O homem é um ser social por natureza, desde a sua concepção; assim também nasce, cresce e permanece até o seu último fôlego de vida. Tanto a formação desse ser pessoal quanto desse ser social é tarefa de grande responsabilidade, e grande parte está sob a égide da Educação Infantil (RPEI, 2009, p.27).

Neste eixo a criança será estimulada a desenvolver sua identidade e ir conquistando sua autonomia a partir das propostas da rotina na Instituição de Educação Infantil. Nesse sentido, o Referencial propõe esclarecimentos, orientações e informações sobre o período de adaptação da criança, em que é processual tanto para a criança quanto para todos os outros envolvidos pais, professores e demais funcionários. Ainda neste eixo aponta sobre a compreensão que os(as) professores(as) devem ter sobre as atividades essenciais com o cuidar e o educar orientando sobre como lidar, organizar e conduzir as práticas de: alimentação, higiene bucal e corporal, sono e repouso, retirada das fraldas, chupeta, limites, mordidas, nascimento de um irmãozinho, como conversar com as crianças, sexualidade, jogos, brincadeiras, valores e por fim aponta uma listagem de sugestões de habilidades e atividades que podem ser desenvolvidas no Eixo Identidade e Autonomia, desde o Berçário I e II, Maternal I e II até o I e II Período. Todas estas sugestões objetivam favorecer o desenvolvimento da identidade, da autonomia, capacidade de socializar-se e criar vínculos.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias (RCNEI, 1998, p.12).

A finalidade deste eixo é possibilitar que a criança desenvolva plenamente sua capacidade intra e interpessoal, de conhecer a si e ao outro através da socialização e do estabelecimento de vínculos afetivos, de modo que essa vivência seja favorecida através do incentivo de sua autonomia, independência e expressão infantil, onde percebemos que o aspecto social e afetivo são enfatizados e explorados como elementos favorecedores da construção de sua identidade.

Eixo de conhecimento de mundo

Sobre o Eixo Norteador Conhecimento de Mundo, o Referencial Pedagógico de Palmas, propõe:

O eixo em referência é formado por seis sub-eixos de trabalho orientado para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para relações que estabelecem com os objetos de conhecimento, são eles: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (RPEI, 2009, p.62).

Neste eixo notamos que os aspectos cognitivos e físicos são enfatizados a partir das diferentes linguagens. As crianças começam a desenvolver habilidades múltiplas quanto às diversas áreas e objetos do conhecimento. O Referencial, conceitua, caracteriza e sugere uma

lista de habilidades e atividades para cada linguagem e/ou área do conhecimento. Onde os professores podem ter sugestões e ideia do “como fazer”.

Os sub-eixos possibilitam que as crianças desenvolvam-se por meio das propostas de atividades físicas, da música, das artes visuais, das atividades de Linguagem oral, da área da matemática e da área de Ciências Naturais.⁸

Nas atividades físicas propõem que as crianças se movimentem a partir dos movimentos naturais, técnicos e geradores. “O movimento tem, na Educação Infantil, valor de distinta relevância, considerando que ele serve para a criança se relacionar com o outro, explorar espaço, situando-se nele, bem como os objetos e o próprio corpo.” (RPEI, 2009)

Por meio da Música as propostas podem desenvolver as expressões infantis quanto a diversidade e os vários tipos de organização sonora.

No dia-a-dia das escolas infantis, a música faz parte da rotina de atividades as quais as crianças vivenciam. Existe a música para guardar os brinquedos, fazer fila, escovar os dentes, entre tantas outras. Enfim, os educadores utilizam desse recurso para facilitar o trabalho com as crianças, e nesse ato de brincar com as canções aprendem-se regras básicas da vida cotidiana (RPEI, 2009, p.76).

Nas artes visuais, as atividades sugerem por meio do desenho, pintura, manuseio com tintas, massinhas de modelar e outros artefatos artísticos que as crianças possam desenvolver suas habilidades manuais, motoras, afetivas, perceptivas, o gosto pelo estético e capacidade criativa.

O Trabalho com as Artes Visuais na Educação Infantil deve respeitar as peculiaridades e esquemas do conhecimento próprio a cada faixa etária e nível de desenvolvimento. Isso significa que o pensamento, a sensibilidade, a imaginação, a percepção, a intuição e a cognição devem ser trabalhadas de forma integrada, favorecendo o desenvolvimento das capacidades criativas das crianças (RPEI, 2009, p.88).

As atividades de linguagem oral, propõem favorecer para o desenvolvimento das crianças através das práticas de letramento, de manuseio de letras, livros, revistas, histórias, figuras, oralidade, reconto e leitura de imagens. A compreensão das fases de aquisição de leitura e escrita das crianças é baseada em Emília Ferreiro, em sua obra a Psicogênese da Língua Escrita.

O aprendizado da linguagem oral ocorre dentro de um contexto, por meio do diálogo, nas situações que tenham significado para a criança. Portanto, dar oportunidade à criança de relatar experiências, fatos, contar histórias, transmitir recados e explicar brincadeiras, propiciará o desenvolvimento de sua linguagem de forma significativa. A linguagem oral se faz presente em todas as atividades de estudo, independente da área ou conteúdo, porém, existem atividades de linguagem que são específicas para o desenvolvimento e compreensão da língua materna (RPEI, 2009, pg.88).

⁸ Ler o referencial Pedagógico de Palmas (2009), nele consta: o conceito, caracterização e sugestões de habilidades e atividades para cada linguagem: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática organizadas por faixa etária..

Na área da Matemática, as atividades e experiências devem contribuir para que a criança viva situações do cotidiano que aos poucos lhe possibilitem o desenvolvimento do pensamento lógico matemático, através de vivências de seriação, classificação, sequenciação, formas, quantidades e outras atividades.

A construção e desenvolvimento do conhecimento matemático na Educação Infantil devem partir do conhecimento lógico que a criança já possui, por isso, a necessidade de se fazer um diagnóstico prévio, a fim de detectar os conhecimentos já internalizados pela criança, tomando-os como base para a elaboração de estratégias pedagógicas que visem a estimular a construção desse conhecimento por parte da criança (RPEI, 2009, p.131).

Na área de Natureza e Sociedade as crianças são concebidas como cientistas por excelência onde devem ser possibilitadas a investigar, explorar e conhecer o mundo natural, sendo que sua curiosidade deve ser estimulada e não limitada.

A criança obtém sentido do mundo pelo movimento e pelas sensações. Movida pela curiosidade, ela é impelida à ação de tocar, provar, pensar, misturar, derramar, e, em decorrência, surge o conhecimento. A criança é um cientista por excelência, porque questiona, procura conhecer o mundo ao seu redor e tenta descobrir como ele funciona (RPEI, 2009, p.144).

Este eixo, Conhecimento de Mundo, tem a finalidade de possibilitar que a criança perceba o mundo através das várias áreas do conhecimento, utilizando-se das diversas linguagens de expressão do pensamento humano, possibilitando cada vez mais que a criança se perceba a si mesma como: sujeito cidadão de direito com seu repertório existencial próprio; sujeito ser da natureza que tem uma dimensão psicológica e biológica, e sujeito de história que pertence a um meio social, político, econômico e cultural.

Muitos professores generalizam ou comparam este eixo, a um campo disciplinar de conteúdos, mas a ideia da proposta é que a crianças comecem a vivenciar situações de aprendizagem voltadas para estas áreas de forma integradora, que seja uma formação de integração humana, de formação holística e não de forma interdisciplinar, pois na Educação Infantil não concebemos os conteúdos no formato disciplinas, não há disciplinas. Deste modo então, a ideia não é de fazer dos eixos campos disciplinares de conteúdos, mas de vivências e experiências que estimulem, incentivem e potencializem a curiosidade, a autonomia, a socialização e a construção da identidade da criança.

Concebemos a ideia de que estes eixos deveriam ser concebidos através da nossa capacidade de transver o mundo. Transver através do poeta Manoel de Barros que nos fala: “É preciso transver o mundo. Com os olhos da infância, que sem preocupações sistematicamente racionais, se preocupam em descobrir o que há no mundo pronto para desabrochar” (BARROS, 1996, p.45).

A infância mesmo que nas Instituições de Educação Infantil poderiam conceber a ideia de currículo favorecer de uma infância vivencial, lúdica e integradora, sem caráter conteudistas ou disciplinar, mas como elementos favorecedores e potencializadores do seu desenvolvimento integral, que possam desenvolver habilidades de cantar, falar, pensar, dramatizar, manusear objetos, explorar o mundo natural, desenvolver as primeiras noções de pensamento lógico matemático, de ampliar seu universo vocabular e aos poucos irem desenvolvendo sua estrutura cognitiva, social, afetiva e física. É uma perspectiva mais voltada para a integração curricular mediada pelas brincadeiras e interações.

A integração curricular preserva a construção do campo de conhecimento que é resultante da confluência de diferentes conhecimentos disciplinares sem fragmentá-los, relações em todas as direções, e que devido a esse tipo de união especial, é dado o nome integração curricular (CEZARI; SOUSA; CUNHA, 2016, p.13).

A integração curricular ainda é uma proposta desafiadora, posto que nós educadores, professores somos oriundos de uma formação pautada em disciplinas, fragmentação, setorização de saberes. Não é fácil para nós desfazermos destas influências e heranças formativas. A proposta de integração vai além de uma organização didático-curricular, apresenta uma perspectiva democrática, de participação e vivência de aprendizagens significativas construídas no cotidiano dos envolvidos para os envolvidos.

Concordamos de que o currículo da Educação Infantil em tempos de modernidade líquida não deve ser rígido, sólido e absoluto, mas serem organizados a partir das necessidades das crianças, dos aportes legais, teóricos, das condições das Instituições, dos perfis docentes, mas sobretudo localizados na valorização da infância local, social e temporal em questão de cada contexto.

Espaços Lúdicos/Cantinhos na Educação Infantil

O Referencial sugere a criação de espaços lúdicos como a elaboração de cantinhos de interesse como: canto da expressão, da dramatização, do escritor, Biblioteca de trabalho, canto de experimentos ou de ciência, canto da matemática, canto do supermercado, canto da construção, canto da casinha e canto da música.⁹ Estes cantinhos reforçam a proposta e as possibilidades anteriores apontadas nos Eixos de Formação Pessoal e social e do Eixo de conhecimento de mundo.

Os espaços dentro das instituições infantis devem ser acolhedores, desafiadores e planejados segundo uma intencionalidade pedagógica, ou seja, como parte integrante da ação do educador, permitindo à criança muitas interações e, em consequência, novas aprendizagens, principalmente por meio do brincar, devido a sua importância para o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social do ser humano (RPEI, 2009, p.165).

Percebemos que estes espaços lúdicos ou cantinhos revelam que além da concepção de criança enquanto sujeito, uma predominância para que entendamos que esta concepção de criança produtora de cultura está relacionada a concepção de infância na contemporaneidade.

Infância como categoria social, considerando a criança a partir de sua heterogeneidade, como sujeito social heterogêneo-situada a partir de suas condições sociais e culturais ou seja, a partir das categorias sociais que as constituem (ROCHA,2010,p.162).

Com a diversidade de espaços lúdicos em sala de aula ou fora da sala de aula, como os cantinhos as crianças podem vivenciar situações conforme seus interesses e particularidades tendo acesso a um leque de possibilidades de experiências.

9 Ler o referencial Pedagógico de Palmas (2009), pg. 165 a 167.

Avaliação

Para melhoria do processo de desenvolvimento integral das crianças e acompanhamento de todo o processo de desenvolvimento das propostas pedagógicas, o último elemento apontado é a avaliação. A avaliação como instrumento de reorientar a prática educativa para alcance dos objetivos propostos. No documento é apresentada a avaliação Diagnóstica, Formativa e Somativa¹⁰. Essa triangulação tem o intuito de avaliar as situações e atividades propostas para a criança bem como acompanhar a criança de perto.

A proposta da Secretaria Municipal de Educação de Palmas orienta a todas as Instituições que para o registro e acompanhamento do desenvolvimento das crianças das Turmas do Berçário I, II, Maternal I e II, serão elaborados, semestralmente, relatórios descritivos do desenvolvimento individual das crianças, de forma abrangente, que destaque o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicossocial. Para o acompanhamento das crianças de 1º e 2º Períodos, é preenchido, bimestralmente, uma ficha, baseando-se nos des- critores de cada eixo de trabalho desenvolvido (RPEI, 2009, p.62).

Considerações Finais

Atualmente, a Educação Infantil carrega o desafio de construir sua própria identidade na tentativa de romper com a herança e ranço dos modelos de escolarização do Ensino Fundamental tão cristalizados em algumas propostas pedagógicas bem como ainda muito presentes nas concepções de profissionais da educação.

Outro elemento ainda presente é a crença de reduzir as práticas de educação infantil a somente o cuidar, garantindo somente higiene, alimentação, banho e segurança amparados no mero caráter assistencial e não intencionalmente educativo. Como se ao cuidar de uma criança já não estivéssemos educando-a ou favorecendo em sua formação.

Nos últimos anos após a publicação de documentos oficiais da Educação Infantil como a própria LDB 9394/ 96, ECA 1998, RCNEI 1998, DCNEI 2009, PNQEI 2006 percebemos um intenso movimento em garantir a educação infantil com um novo enfoque, que não seja limitado e /ou dentro de paradigma da escolarização (semelhante a reduzir a prática de preparação para o Ensino Fundamental ou treino para a escola) ou do assistencialismo (como direito de crianças pobres e carentes de mãe trabalhadoras). Mas que se construam propostas pedagógicas a partir da realidade das crianças, voltadas ao atendimento com qualidade para todas as crianças, incluindo as crianças do campo, as crianças indígenas e as crianças dos assentamentos de quilombolas.

Notamos que o Referencial Pedagógico da Educação Infantil é um documento que intenta transparecer, publicar, informar a todos os profissionais da rede municipal palmense a compreensão de sua proposta pedagógica. Nesse sentido é nítido que com este documento e a partir dele, notamos na secretaria municipal de educação palmense a preocupação mais aprofundada com o cuidado e formação das crianças pequenas de zero a cinco anos e onze meses.

Está claro no âmbito documental, legal, teórico e de orientação pedagógica que a criança deve ser vista como um todo, e que de igualmente forma sua formação deve ser integral, integradora, fluída e contextualizada.

Integral, no sentido de atender a finalidade da Educação Infantil de assegurar as crianças pequenas seu desenvolvimento integral.¹¹

Integradora, no sentido de não fragmentar as experiências infantis como campos disciplinares/conteudistas, mas que estas sejam possibilitadas a viver a integração curricular atra-

10 Ler o referencial Pedagógico de Palmas (2009), pg. 171 a 174.

11 Conforme a LDB9394/96. A Educação Infantil primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

vés de vivências globais, interligadas, relacionadas ao desenvolvimento social, afetivo, cognitivo, físico a partir de experiências, situações e momentos diversos, dirigidos e livres.

Fluída, no sentido de que as propostas não são permanentes, elas mudam ressignificam, transmutam e se reconstróem no tempo de acordo com a dinâmica social, política, econômica, cultural e proposta elaborada pelos sujeitos envolvidos no projeto educativo. “Então a liquidez, longe de ser uma escolha “errada”, é a base para todas as escolhas, é o fundamento prático das ações” (BAUMAN, 2008, p 45).

Contextualizada, no sentido de atenderem aos contextos diversos onde são desenvolvidas, buscando assim identidade, autonomia e elaboração própria de suas propostas de acordo com suas demandas locais.

Deste modo, entendemos que o currículo de Educação Infantil que o município de Palmas-Tocantins concebeu, no período de 2007 a 2017, foi baseado e construído na tentativa de desenvolver uma proposta pedagógica voltada para práticas de valorização da criança em seus contextos de infância, amparadas nos documentos legais já existentes e que, o Referencial Pedagógico da Educação Infantil se constitui como forma de compilar, orientar e apresentar aos profissionais da educação infantil as concepções de criança, currículo, infância, professor, proposta pedagógica e sugestões de experiências por eixos de formação e não por campo disciplinar.

Mas como vivemos em tempos de Modernidade e vida líquida, visualizamos possíveis mudanças nesse cenário curricular do Município de Palmas-TO a partir de 2018, devido à aprovação da BNCC no final do ano de 2017, e provavelmente será elaborado outro documento de referência pedagógica curricular para atender os CMEIs da rede municipal, pois vivemos numa acelerada mudança constante em que muito do que vivemos e concebemos não permanece por muito tempo.

A “vida líquida” e a “modernidade líquida” estão intimamente ligadas. A “vida líquida” é uma forma de vida que tende a ser levada à frente numa sociedade líquido-moderna. “Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir (BAUMAN, 2007, p.7).

As orientações do Referencial Pedagógico de Educação Infantil, de 2009 a 2017, de Palmas-TO, serão substituídos pelas orientações do próximo documento que será desenvolvido de acordo com a Base Nacional Comum Curricular aprovada em dezembro de 2017. Esta pesquisa investigou até este ano, mas aspira desenvolver uma nova investigação quanto ao novo documento que foi aprovado no ano de 2020, igualmente os seus desdobramentos nos contextos das práticas infantis.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. MEC. Brasília, 2009.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record. Marilu, Martha e Sávila Dumont sobre os desenhos de Demóstenes. São Paulo: Salamandra. 1996

BAUMAN, Z, 1925. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Tradução José Gradel. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CEZARI, E.; CUNHA, R. **A educação infantil na base nacional comum curricular: conceitos e propostas de um currículo.** Revista Observatório, v. 2, n. 4, p. 456-475, 30 out. 2016.

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp. 1998.

GONÇALVES, G. **a criança como sujeito de direitos.** 2015. 190f, Dissertação de Mestrado. UFSC, Santa Catarina, RS. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157336>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

LOPES, A.C. **Políticas de currículo: recontextualização e hibridismo.** Currículo sem fronteiras, www.curriculosemfronteiras.org, v 5, n. 2, p 50-64,2005

LOPES, A.C; MACEDO, E. **Teorias do currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

PORTELINHA, A.M.S; COELHO,R.T. **A educação infantil no contexto das discussões da Base Nacional Comum Curricular.** Temas & Matizes, Cascavel, v. 11, n. 20, p. 30 – 43, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasmatizes/article/view/16632/11583>. Acesso em: 28 de jan. 2019.

SOUZA, D.M. **O brincar, as interações e a intencionalidade da educação infantil.** Revista de Educação da Prefeitura de Palmas-TO, /ano V, nº 13, pg. 07, - dezembro de 2016.

ROCHA, E. A. **C.30 anos da Educação Infantil na Anped.** In: SOUSA, G.(org) **Educar na Infância perspectivas histórico-sociais.** São Paulo: editora contexto, 2010.

_____. **Entrevista com secretário Danilo de Melo Sousa.** Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/videos/v/secretario-municipal-danilo-melo-responde-perguntas-sobre-situacao-das-escolas-de-palmas/4421970/>. Acesso em: 27 de set. 18 as 10:57.

PME. Plano Municipal de Educação de Palmas. Disponível em: http://www.palmas.to.gov.br/media/doc/arquivoservico/DOCUMENTO_REFERENCIA_PLANO_MUNICIPAL_DE_EDUCACAO.pdf2012

Recebido em 08 de novembro de 2019.

Aceito em 23 de março de 2021.